

UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

A “SINTONIA” ENTRE O DEFICIENTE VISUAL E O JOGO

PONTAL DO PARANÁ

2005

ROSÂNGELA DAMBROSKI DOS SANTOS

A “SINTONIA” ENTRE O DEFICIENTE VISUAL E O JOGO

Monografia apresentada como requisito parcial  
Para a obtenção do título de especialista em  
Educação Inclusiva – Especial do Curso de Pós-  
Graduação em Educação Inclusiva, sob orientação  
da Prof<sup>a</sup> Joseth.

PONTAL DO PARANÁ

2005

## SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	iii
INTRODUÇÃO .....	04
1.0 A Deficiência Visual e suas variantes .....	07
1.1 Conceito de Deficiência Visual.....	07
1.2 A pessoa cega e sua organização .....	11
2.0 O papel do jogo no desenvolvimento da pessoa com cegueira .....	17
2.1 Tipos de jogos .....	21
3.0 Escola Especial X Escola Regular .....	27
3.1 A educação do aluno deficiente visual na escola especial.....	27
3.2 A educação do aluno deficiente visual na escola regular .....	32
4.0 O jogo e o deficiente visual, uma experiência que deu certo .....	39
CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	48

## INTRODUÇÃO

As brincadeiras e os esportes são elementos importantes para o desenvolvimento da criança e objetiva transmitir à criança confiança em si mesma, compreensão para seu meio ambiente e disposição à comunicação. Além de que, o brincar é uma das atividades mais significativas para o desenvolvimento da identidade e da autonomia das crianças; desenvolve habilidades, e o aluno também amadurece a capacidade de socialização por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais.

O jogo é para a criança a coisa mais 'importante' da vida, e nas mãos do educador, se transforma em um excelente meio de formar a criança. Por essas duas razões, todo educador – pai, mãe, professor – deve não só jogar como utilizar a força educativa do jogo.

A proposta pedagógica da Educação Física parte do princípio em que um dos objetivos gerais do ensino fundamental é fazer com que a criança através de atividades corporais conheça a si próprio e aos outros e principalmente que respeite as individualidades, com isso os blocos de conteúdos a serem trabalhados no ensino fundamental segundo os Programas Curriculares Nacionais (1997) são esportes, jogos, lutas e ginástica; Atividades rítmicas e expressivas; Conhecimento sobre o corpo.

"... as crianças, desde tenra idade, devem participar de todas as formas lícitas de jogo, pois se elas não se encontram cercadas de tal atmosfera, jamais crescerão para serem educados e virtuosos cidadãos". (Platão)

A prática dessas atividades não impede que os alunos com necessidades especiais as executem apesar de suas limitações, pois elas são benéficas a essas crianças, principalmente no desenvolvimento de suas capacidades perceptivas, afetivas, de integração e inserção social, para sua futura independência.

Dessa maneira, esse trabalho tem como finalidade o de demonstrar os efeitos do jogo e da brincadeira na aprendizagem da criança com deficiência visual, e em particular a educação psicomotora como meio para preparar o deficiente visual para superar seus obstáculos.

Enfatizando que essa aprendizagem pode acontecer em casa, em escolas especiais ou em escolas regulares. E que é possível para o deficiente visual ter uma vida integrada e com muitas expectativas de sucesso.

Além de que, em visita realizada em uma escola de educação especial, poder-se-á perceber que o aluno deficiente visual, assim como os outros alunos participam e gostam de realizar atividades lúdicas.

Que à sua maneira peculiar, ele irá apreender o conceito que a professora está propondo e que em uma outra ocasião ele irá utilizar o que aprendeu, se que necessite lembrá-lo para fazê-lo.

Entretanto, quando o aluno tem a deficiência visual associada a outras deficiências, essa apreensão torna-se mais difícil e requer um cuidado maior para que o objetivo seja alcançado. É aí que entra o papel do professor paciente e convicto de que suas metodologias irão atingir aquele aluno considerado inapto.

Há de se ter um trabalho muito complexo com esse grupo de alunos com dupla deficiência, porque as deficiências não representam um somatório das duas ou mais, e sim tendem a ser multiplicativa, isto é, atender a um aluno cego ou deficiente mental, não é a mesma coisa que atender a um deficiente mental cego.

Com esse grupo de alunos as técnicas deverão ser específicas, deverão atingir ambas as deficiências para que o aluno desenvolva suas habilidades. O professor deverá fazer um acompanhamento sistemático, colocando-os constantemente em contato com o mundo e estimulando-os o maior tempo possível. Pois será por meio do tato que o professor iniciará o processo educativo dessas crianças, para que possam adquirir alguns meios de comunicação que venham atenuar seu isolamento.

Não raro vemos alunos com dupla deficiência serem matriculados em duas salas de aula em escolas regulares, justamente, para que as duas deficiências sejam estimuladas e haja um maior desenvolvimento desse aluno.

Portanto, o que vamos ver a seguir é um detalhamento sobre a deficiência visual, jogos e brincadeiras e qual o desempenho da pessoa cega nessas atividades.

## A “sintonia” entre o deficiente visual e o jogo.

### 1. 0 A deficiência visual e suas variantes

#### 1.1 Conceito de deficiência visual<sup>1</sup>

Considera-se deficiente visual toda e qualquer pessoa que apresente um impedimento total ou parcial na capacidade de percepção de imagens, decorrente de imperfeição nos órgãos que compõem o sentido da visão.

Relação dos comprometimentos e das características das pessoas com deficiência visual, de acordo com a acuidade visual e a indicação de atendimento educacional.

*Cegueira*: acuidade visual menor que 0,02 ou 20/100; características – perda total da visão bilateral, ausência de projeção luminosa ou percepção de formas, percepção de luz sem projeção de imagem. Condições para tratamento: apresentação de laudo oftalmológico, amaurose bilateral, qualquer faixa etária e avaliação educacional.

*Visão Reduzida (subnormal)*: acuidade visual entre 20/70 a 20/200; características – perda parcial da visão em ambos os olhos, perda do campo visual em ambos os olhos. Condições para atendimento: diagnóstico médico, comprometimento óptico bilateral, avaliação educacional.

*Patologias Progressivas*: acuidade variável, segundo a progressão patológica. Características – perda da acuidade visual e/ou diminuição do ângulo do campo visual gradativa e irreversível, pode causar visão subnormal ou cegueira.

---

<sup>1</sup> KIRK, Samuel A. e GALLAGHER, James J. **Educação da Criança Excepcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

Atendimento: parecer oftalmológico, comprometimento óptico bilateral, qualquer faixa etária, avaliação educacional.

*Ambliopia Funcional:* acuidade não definida; características – ausência de defeito orgânico, não corrigível com uso de lentes, passível de reversão. Atendimento: diagnóstico médico, até 8 anos de idade; uni ou bilateral, após os 8 anos: bilateral, avaliação educacional.

*Distúrbios de Alta Refração:* características – alteração de refração da luz, visão deturpada mesmo com o uso de lentes. Atendimento: parecer oftalmológico, apresentar dificuldade educacional, avaliação educacional.

Encaminhamento educacional: Centro de Atendimento Educacional Especializado, Ensino Regular e Ensino Supletivo (Res. 964/93).

As principais causas da cegueira e de outras deficiências visuais têm sido relacionadas em amplas categorias, incluindo doenças infecciosas, acidentes e ferimentos, envenenamentos, tumores, doenças gerais e influências pré-natais, inclusive a hereditariedade (catarata, atrofia do nervo óptico e o albinismo). Os fatores hereditários são a causa mais freqüente da deficiência visual.

Outras doenças podem atacar o globo ocular, a córnea, as lentes, o humor vítreo, a retina e o nervo óptico e causar deficiências visuais acentuadas ou a cegueira total. Entre essas doenças a diabete, a sífilis, o glaucoma e a ceratite são as mais comuns. Uma outra condição, a rubéola ou o sarampo, quando as mães são afetadas nos primeiros estágios de gravidez, a criança pode nascer com uma combinação de defeitos visuais, auditivos, deficiência mental e outras deficiências.

- Tipos de distúrbios:

*Hipermetropia* – condição em que raios de luz se concentram atrás da retina, formando uma imagem manchada e não nítida; uma lente convexa na frente dos olhos aumenta a combinação dos raios de luz e coloca-se no foco.

*Miopia* – condição em que os raios de luz se concentram na frente da retina, quando os olhos estão em repouso e olhando para um objeto a uma distância de vinte ou mais pés; uma lente côncava pode refocalizar a imagem sobre a retina.

*Astigmatismo* – erro de refração que resulta de uma irregularidade na curvatura da córnea ou das lentes dos olhos e faz com que os raios de luz se tornem refrativos de forma desigual em planos diferentes, de modo que os raios horizontais e verticais se concentram em dois pontos diferentes da retina; geralmente é corrigível com lentes adequadas.

- Defeitos de Função Muscular:

*Estrabismo* – sua causa é uma falta de coordenação dos músculos externos dos olhos; os dois olhos não focalizam simultaneamente o mesmo objeto; pode ser constante ou intermitente.

*Heterotropia* – ação insuficiente de um ou mais músculos dos olhos, que ficam com uma tendência a se desviarem da posição normal para fixação binocular; cria dificuldade em fundir as duas imagens dos olhos numa só; não é tão aparente quanto o estrabismo e, às vezes, pode ser superada com um esforço muscular extra.

*Nistagmo* - movimentos rápidos, convulsivos, dos globos oculares, ressaltando numa acentuada ineficácia visual.

- Outras Anomalias:

*Albinismo* – condição hereditária, congênita, caracterizada por uma relativa ausência de pigmentação na pele, no cabelo, na camada coróide e na íris;

freqüentemente está relacionada com erros de refração e perda da acuidade visual; a falta de cor na íris deixa um excesso de luz atingir a retina.

*Catarata* – condição dos olhos em que as lentes do cristalino, ou a sua cápsula, tornam-se opacas, com perda da acuidade visual; geralmente pode ser tratada através de uma operação ou outros processos médicos; se as lentes forem cirurgicamente removidas, lentes artificiais tornam-se necessárias, e a visão periférica é afetada.

Estas são algumas das doenças que causam a cegueira infantil:

*Blenorragia* – ou inflamação dos olhos do recém-nascido, essa doença tem base na doença dos órgãos sexuais e se faz notar nos primeiros dias após o nascimento. Forma-se uma inflamação do tecido conjuntivo com forte secreção de pus. O pus é um veículo perigoso de contágio para os outros. Logo depois do primeiro banho aplica-se uma solução por meio de gotas na vista do bebê, não se exige nenhum tratamento adicional.

*Escrofulose* – leva em muitos casos à afecções mais ou menos graves da córnea. Um regime sadio, o fortalecimento físico em geral, ar puro são fatores importantes para tratar esse mal. A escrofulose da vista raras vezes leva à cegueira, mas a vista ficará prejudicada até certo ponto.

*Tracoma* – ou conjuntivite granulosa é uma doença contagiosa que assenta de preferência na conjuntiva palpebral superior e no fundo do saco onde forma pequenas granulações. Ela é vulgarmente chamada de doença egípcia, e mais de quatrocentos milhões de pessoas são atacados pela mesma.

*Sífilis* - trás em suas seqüelas, lesões cerebrais e da medula que se manifestam anos mais tarde e que podem também levar à cegueira. A inflamação da íris e da coróide são conseqüências da sífilis.

Outras causas da cegueira:

*Lesões externas* – são frequentemente desprezadas e não são levadas a sério. Inúmeras crianças sofrem com uma lesão da vista, podendo ocorrer a cegueira total.

Acidentes com bombinhas, balões, soltar fogos em festas juninas, bem como armas de fogo, arco e flecha, armas de ar comprimido são outros fatores que ameaçam os olhos e possíveis lesões.

## 1.2 A pessoa cega e sua organização

Os bebês cegos que não tem outra deficiência associada desenvolvem-se da mesma maneira que os bebês normais. Embora não enxergue, frases como “olhe para mim”, “sorria para a mamãe” devem fazer parte do vocabulário dos familiares dessa criança, visto que, ela pode não enxergar, mas suas outras percepções devem ser aguçadas e estimuladas desde cedo.

Desde cedo, o bebê deve ser estimulado e encorajado a tocar objetos, rostos familiares, seu próprio corpo. Um bebê, com a visão normal aos cinco meses tenta alcançar os brinquedos e objetos coordenando suas mãos através da visão, o bebê cego necessita desenvolver a coordenação ouvido-mão.

São os objetos sonoros que despertarão a curiosidade do bebê e o guiarão para o local indicado, por isso se faz necessário que através do comando de voz o bebê seja orientado a realizar as atividades. Isso significa que, o bebê cego deve ser avisado quando vai ficar sozinho.

As experiências que a criança terá desde seu nascimento até os cinco anos de idade, são extremamente importantes para o seu desenvolvimento posterior; é

preciso oferecer atividades planejadas à criança cega, pois somente assim, ela se equipará à criança com visão normal.

Lowenfeld (1973) estabeleceu alguns princípios gerais, para se adaptar o ensino às necessidades educacionais das crianças deficientes visuais. São eles:

**Solidez** – o conhecimento da criança educacionalmente cega é obtido principalmente através da audição e do tato. Se quisermos que ela realmente compreenda o mundo ao seu redor, deve-se lhe apresentar objetos concretos que possam ser tocados e manipulados. Por meio da observação tátil de objetos, a criança pode conhecer a sua forma, o seu tamanho, a sua solidez, as qualidades de superfície, a sua maleabilidade e a sua temperatura.

**Unificar experiências** – a experiência visual tende a unificar o conhecimento em sua totalidade. Quando uma criança entra num supermercado, vê as relações das prateleiras e os objetos no espaço; a criança deficiente visual não consegue obter essa unificação, a não ser que pais ou professores lhes apresentem experiências, como unidades de experiência de uma loja, correio, farmácias. É necessário que o professor coloque 'os todos' em perspectiva através de experiência concreta e tente unificá-las por meio de explicações e de seqüências. Se deixadas sozinhas, a criança cega vive uma vida relativamente restrita; a fim de expandir os seus horizontes, desenvolver imagens e orientá-las no sentido de um ambiente mais amplo, é necessário desenvolver essas experiências por meio de estimulação sistemática.

**Aprender fazendo** – para que a criança cega aprenda a respeito do ambiente é necessário iniciá-la na auto-atividade. Um bebê cego não tenta alcançar um objeto, pois este não o atrai; ele precisa saber de sua existência através do tato, do olfato ou da audição. Para tentar alcançar um objeto e ter contato com ele, o bebê depende de

estimulação por meio da introdução deliberada de situações motivadoras, como chocalhos que possam alcançar e jogos de encontrar objetos escondidos que tenha cheiro ou som. As capacidades de ouvir, relacionar e lembrar da criança deficiente visual, precisam ser desenvolvidas ao máximo. Ela precisa aprender a ser eficiente e utilizar o tempo, pois as técnicas empregadas para obter as mesmas informações ou executar as mesmas tarefas às vezes são incômodas e consomem bastante tempo. Conseqüentemente, o professor precisa organizar melhor o material, ser mais específico ao dar explicações e utilizar sólidos de aprendizagem.

Bem como, ele fala sobre quatro adaptações sugeridas e que tendem a ser feita pelos pais da criança deficiente visual em conjunto com o professor na fase da educação infantil, nesta fase é muito importante o trabalho do educador com os pais para que interajam mais eficazmente com o filho deficiente visual.

*Afeto Humano* – A visão tem um papel crítico no estabelecimento das relações humanas. Por isso enfatiza-se a importância do ‘aprender a conhecer’ através do tato e da experiência auditiva. Os pais são encorajados a pegá-lo no colo e a falar com o bebê na hora das refeições e também a criar períodos sociais quando carregá-lo, cantar para ele e brincar com ele, sentado no colo, à medida que permaneça mais tempo acordado.

*Descoberta de objetos* – A coordenação mão-olhos na criança com visão forma um núcleo a partir do qual se desenvolvem muitos padrões de aprendizagem do bebê. Para os pais é solicitado que coloque no berço algum tipo de equipamento ou móveis pendurados. Um brinquedo desse tipo pode ser abaixado sobre o bebê de tal modo que pequenos movimentos ao acaso levem à sensações táteis e de sons.

*Preensão* - A preensão (atividade das mãos do bebê, sua organização e seu desenvolvimento progressivo) está intimamente relacionada a cada uma das áreas discutidas aqui. Sugerem-se aos pais joguinhos do tipo bate-palminha e outros joguinhos informais improvisados no colo, que juntem as mãos no meio repetidamente e, conseqüentemente, encoraje o seu encontro. As mãos explorando o rosto da mãe se unem às outras impressões sensoriais que o bebê tem da mãe à experiência tátil manual.

*Locomoção* – É a tentativa de pegar um objeto fora de seu alcance que estimula o bebê a engatinhar. Quando um bebê consegue demonstrar aptidão e postura para engatinhar e alcançar uma coisa através do som, pode-se estimulá-lo a engatinhar, oferecendo um brinquedo que produza o seu som favorito e que esteja fora de seu alcance.

Evidentemente que, nem todos os bebês aprenderão no mesmo ritmo que os outros, cabe aos pais e professores incentivá-los e motivá-los sempre que possível, para que esse bebê se sinta seguro ao seguir seu próprio caminho.

Quando o bebê cego adquire a maturidade para começar a andar, há de se tomar muito cuidado para não super protegê-lo, visto que, um bebê normal ao começar a andar ele cai, levanta, cai novamente até que aprende a trocar os passos; com bebê deficiente visual, esse processo é mais lento e precisa de todas as orientações dos pais e familiares, pois a cada momento devem levá-lo à sua independência. O chão é visto como um território básico de território e jogos de movimentos com a mãe e o pai sobre o chão, em que o bebê é sustentado e embalado num escorrega de apoio, ajuda a criança a orientar-se para um ângulo de queda.

Os pais devem sempre conversar com os bebês, porque assim mais eles aprendem a comunicar-se. A criança deficiente visual desenvolve sua linguagem assim como as outras crianças; umas conseguem usar um conjunto completo de vocabulário apenas para o que é realmente próximo deles.

Sinason (1993)<sup>2</sup>, diz que nos primeiros cinco anos, os pais estão freqüentemente preocupados com dois aspectos diferentes. Primeiro, o bebê tem um conjunto de expressões mais limitadas por não ser capaz de ver. Por isso é necessário experimentar e entender as comunicações corporais do bebê. Segundo, nos momentos em que um pai ou um amigo não está ocupando a criança, ela pode estar recuando para um espaço vazio.

Somos dependentes de nossa visão para todas as tarefas diárias, e isto ajuda a compreender o quão talentosos são as crianças cegas em encontrar outras vias para comunicarem-se. Fazendo com isso que o ambiente seja mais saudável.

Por não saber quais as reações das outras pessoas e o que há no caminho é que se torna difícil para a pessoa cega conviver em outros ambientes, devido isso há algumas regras a serem seguidas:

- Ofereça sua assistência sempre que um (a) cego (a) parece necessitar de ajuda. Mas *não ajude* sem que o (a) cego (a) concorde; sempre perguntar antes de agir. Se você não souber em que e como ajudar, peça ao (à) para explicar.
- Para guiar um (a) cego (a), ele (a) deve segurar o seu braço, de preferência no cotovelo, ou no ombro.

Não pegue no braço do (a) cego (a); além de ser perigoso, pode assustar.

Segurando no seu cotovelo, o (a) cego (a) caminhará meio passo atrás,

---

<sup>2</sup> SINASON, Valerie. **Compreendendo seu filho deficiente**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

seguindo os movimentos do seu corpo. À medida que encontrar degraus, meios-fios e outros obstáculos, vá falando para que ele (a) possa lhe seguir.

- Quando falar com um (a) cego (a), use tom e velocidade normais de voz. É insultante gritar, ou falar a um adulto como se fosse criança. A cegueira não afeta nem o ouvido nem a inteligência. Sempre fale diretamente ao (à) cego (a), nunca através de uma terceira pessoa. Ao sair de uma sala, informe o (a) cego (a); qualquer pessoa se sentiria como bobo (a) ao falar para o vazio. Não evite usar palavras como “cego”, “olhar” ou “ver”; os (as) cegos (as) também as usam.
- Ao explicar direções para um (a) cego (a), seja o mais claro e específico possível. Não esqueça de indicar os obstáculos que existem pelo caminho que ele (a) vai seguir. Como algumas pessoas cegas não têm memória visual, não esqueça de indicar a distancia em metros. Mas se você não sabe bem como direcionar uma pessoa cega, diga algo como: “Eu gostaria de te ajudar, mas como é que devo descrever as coisas?”. Ele (a) lhe indicará.
- Ao guiar um (a) cego (a) para uma cadeira, guie a mão dele (a) para o encosto da cadeira, e informe se a cadeira tem braços ou não. Num restaurante, é de boa educação que você leia o cardápio e os preços a ele (a).
- Não acaricie um cachorro-guia quando ele está trabalhando. Um cachorro distraído em seu trabalho pode causar situações perigosas ao (à) cego (a). Sempre peça permissão ao (à) cego (a) antes de fazer qualquer coisa com o cachorro.
- Use bom senso e sensibilidade. A grande maioria das pessoas cegas ouve muito bem, e, portanto comentários como: “Puxa, ela é corajosa”, “Não é uma vergonha que ele é cego?” não só é ouvido como também não são apreciados

pelos (as) cegos (as). Uma pessoa cega é como você, só que não enxerga; trate-a com o mesmo respeito com que você trata uma pessoa que enxerga.

- Quando você estiver em contato social ou trabalhando com pessoas cegas, não pense que a cegueira possa vir a ser um problema e, por isso, nunca as exclua de participar plenamente, nem procure minimizar tal participação. Deixe que os (as) cegos (as) decidam como participar. Nunca subestime o que a pessoa cega pode fazer (carga de trabalho, atividades sociais, jogos, entre outros). O (A) cego (a) pode lhe surpreender; proporcione à pessoa cega a chance de suceder ou de falhar, tal como qualquer outra pessoa.

Tais dicas servem para nos orientar de como devemos agir com a pessoa cega, seja ela criança, adolescente ou adulto. Em sala de aula o professor deve conscientizar os colegas de classe para que saibam como se posicionar em relação ao aluno cego.

## 2.0 O papel do jogo no desenvolvimento da pessoa com cegueira

É equivocado o pensamento de que a criança com cegueira não se diverte quando está brincando ou quando está com algum brinquedo. Ela é uma criança como qualquer outra e, portanto, a alegria e o divertimento fazem parte de sua infância.

Para a criança cega ao ocupar-se com objetos lhe traz ânimo e disposição. Evidentemente, que há certa responsabilidade em escolher um brinquedo, qual é o objetivo ao oferecer esse brinquedo à criança: diversão ou ensinamento. Afinal, o brinquedo quando bem orientado serve para o seu desenvolvimento tanto corporal quanto mental.

O brinquedo a ser escolhido para que desempenhe papel importante no desenvolvimento da criança, é aquele mais simples possível. É aquele brinquedo que você que não é tão aperfeiçoado, mas que cumpre seu papel, ou seja, ele estimula a criatividade e a imaginação da criança cega. Quanto ao tipo de material deve ser o mais variado possível, para que ela tenha várias experiências e consiga mais tarde distingui-los.

Bolas de pano, de borracha, de plástico; cubos, quadrados, círculos; áspero, lisos, macios; brinquedos como trem, carro, casa de bonecas, bonecas, bichos de pelúcia, cavalinhos, e todos os brinquedos que imitem o real são excelentes para trabalhar com a criança cega, ao explicar a ela que esses objetos podem ter em tamanho natural, ela estará adquirindo noção do mundo que a cerca.

Jogos de montar, de paciência, de construção estimulam muitos movimentos e aumentam a habilidade manual. Bem como, brincar na areia, terra, barro, plantas, árvores farão com que a criança cega tenha sensações físicas.

Os jogos, as brincadeiras e os brinquedos não devem se limitar somente à atividades em ambientes fechados onde as crianças não podem se mexer muito e ficam sentadas absortas em suas preocupações. O ideal é oferecer jogos e exercícios ao ar livre, para que ela possa fortalecer o corpo e entrar em contato com o mundo.

A criança com cegueira precisa de ar puro, de entrar em contato com outras crianças, brincar e se sentir feliz. Essa alegria de brincar constitui uma força inesgotável e saudável. Daí a importância em matricular a criança numa escola de educação infantil, para que ela tenha contato com outras crianças e faça as mesmas atividades que as outras crianças.

A criança cega deverá ter um amiguinho na escola para que o acompanhe e o auxilie nas atividades de classe, além de que a criança sem cegueira aprenderá a conviver com pessoas deficientes.

As crianças cegas podem ser matriculadas em escolas regulares ou escolas especializadas em deficiência visual, onde terá suporte técnico e pedagógico. O que vai contar aqui é que a criança estará despertando sua criatividade e seu interesse pelo mundo.

Geralmente, a criança brinca sem a orientação de um adulto, é o chamado jogo livre. A criança brinca pelo prazer de brincar, e então, sua criatividade e imaginação rolam à vontade, inventa brincadeiras e brinquedos. Entretanto, quando elas brincam à sua livre iniciativa, apresenta diversos defeitos que lhes prejudicam o êxito educativo, como por exemplo:

A falta de variedade, as crianças gostam tanto da rotina como da novidade, mas entrega-se a um jogo até se cansarem e depois ficam sem saber o que fazer. Se estiverem em grupo, não se decidem com o que brincar e se não tem modelos ou diretrizes a seguir ficam à toa.

Ou então, pelo contrário, falta-lhes estabilidade, e ficam borboleteando sem se ocupar realmente em uma só brincadeira, até que eles fiquem com tédio de fazer aquilo.

A falta de organização prejudica o êxito dos grandes jogos. A criança psicologicamente não é capaz de síntese e coordenações complicadas. Socialmente ela não está à altura de cooperar com os companheiros, e por isso não assumem encargos diversos.

A falta de caridade, devido às qualidades sociais ainda rudimentares, provoca brutalidade nos meninos e subterfúgios nas meninas. Acusam-se de trapaceiros,

desprezam os mais fracos e vangloriam os mais fortes, e os mais fortes agem cada um por si.

E no jogo dirigido, as próprias crianças se dão conta desses defeitos e quando confiam em alguém para auxiliá-los nos jogos, dedicam-se a fundo. No jogo dirigido, o adulto tem como função a de propor um jogo à criança, e ela por sua vez, a de aceitar ou recusar a brincadeira. As crianças evoluem no terreno do jogo com alegria e satisfação, porque é um terreno à sua altura, isto é, no jogo tanto adulto quanto criança obedece às mesmas regras.

Então, podemos definir jogo estruturado e jogo livre como:

Jogo estruturado é aquele em que a criança se engaja quando na presença de uma situação em que o espaço, os materiais, às vezes outras crianças, instruções e auxílio, explícitos ou implícitos são arranjados para que ela alcance um objetivo.

Jogo livre ocorre quando o jogo e o objeto do brincar são selecionados livre e espontaneamente pela criança. Neste caso, ela brinca livremente, ela é a gerente da situação.

Ambos os jogos, quando bem arranjados e supervisionados, podem contribuir significativamente para o desenvolvimento da criança.

Para a criança cega, brincar em companhia de outras crianças constitui uma aprendizagem no comportamento social. Ela aprende a cooperar e a se subordinar, não é conveniente limitar a convivência aos irmãos e irmãs, ela precisa de colegas, fazer amizades e entrar em concorrência franca com outras crianças. Naturalmente, a deficiência uma hora ou outra ficará em evidência, a criança se sentirá prejudicada ou relegada a um segundo plano, mas esses obstáculos devem ser vencidos e as decepções superadas.

O incentivo e a motivação devem fazer parte do vocabulário de pais e professores, pois a criança precisa viver em sociedade e vencida a primeira barreira, que é a timidez, a criança cega verá o lado positivo desse convívio e o procurará.

## 2.1 Tipos de jogos

Cratty (*apud* Aguiar, 2001)<sup>3</sup> sugere a utilização de atividades motoras sob a forma de jogos para o domínio de conceitos (linhas retas, curvas, círculo, letras maiúsculas e minúsculas, de cima/para baixo, esquerda/direita) e para o desenvolvimento de algumas capacidades psicológicas, tais como: memória, avaliação e resolução de problemas.

Quando oferecemos amplas oportunidades à criança para engajamento em brincadeira orientada para o conhecimento, desenvolvem-se nela repertórios comportamentais que funcionam como pré-requisitos para outras habilidades pré-acadêmicas e, as respostas orais e escritas descrevem os mundos físico, social e orgânico. Isso significa que, se a criança aprendeu a fazer discriminações precisas e a reconhecer certas relações entre os objetos, ela provavelmente estará apta a aprender os seus nomes e a relatam como funcionam.

As atividades lúdicas oferecem essas oportunidades para a aquisição dessas discriminações, e a criança cega terá mais oportunidades de aprender via jogos e brincadeiras, visto que, em certos jogos o concreto é o ponto principal da atividade, como por exemplo: num jogo de encaixe ou num jogo de acertar bolas em um balde, o professor dará todas as orientações de espaço e regras, e a criança deverá apreender tais conceitos.

---

<sup>3</sup> AGUIAR, José Serapião. **Jogos para o ensino de conceitos**. Leitura e escrita na pré-escola. São Paulo: Papyrus, 2001.

Na perspectiva sócio-histórica, Vygotsky (1989) afirma que é enorme a influência do brinquedo no desenvolvimento da criança; pois é no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de numa esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas e não dos incentivos fornecidos pelos objetos externos.

Para Vygotsky, a idade em que se inicia a imaginação é a partir dos três anos, e afirma ainda que, a mesma surge originalmente da ação. E na educação infantil, as habilidades conceituais da criança serão expandidas por meio do brinquedo e do uso da imaginação. Afinal, será no brinquedo que a criança projeta-se nas atividades adultas de sua cultura e ensaia seus futuros papéis e valores.

O brinquedo, então, gera oportunidades para o desenvolvimento intelectual; com ele a criança começa a adquirir motivação, as habilidades e as atitudes necessárias à sua participação social; nos jogos, as crianças adquirem e inventam regras.

Além de que, as atividades rítmicas e lúdicas auxiliam na formação da personalidade das crianças, no desenvolvimento global das mesmas, de modo especial nos aspectos afetivo, cognitivo e psicomotor. Resgatam a vida, buscando a sensibilidade do indivíduo, a criança começa a conhecer-se e aceitar-se, inserindo-se utilmente na sociedade, pois a criança para se desenvolver depende de suas relações com os outros e com o meio, assim descobre-se e desenvolve sua personalidade.

Ressaltamos a importância de o professor trabalhar a educação psicomotora junto com o aprendizado da leitura, da escrita e da aritmética, os exercícios gráficos e a manipulações são o principal material a ser confeccionado pelos alunos. O aluno

cego precisa desses exercícios para se aperfeiçoar no uso de seu material específico.

Pois segundo Petry (1988), as brincadeiras com o corpo em movimento, em idade pré-escolar auxiliam a criança compreender conceitos como: perto/longe; fora/dentro; embaixo/em cima; direita/esquerda/ em frente/atrás; mais perto/mais longe. É por meio do corpo que a criança aprende e toma consciência do mundo, e o jogo é a atividade própria da criança e está centrado no prazer que proporciona à mesma. Novamente ressaltamos que, com a criança cega, o movimento corporal se faz necessário, visto que, ao se exercitar, a criança estará desenvolvendo não somente suas habilidades como também, estará fortalecendo seus músculos, sua coordenação e percebendo o mundo à sua volta.

Jean Piaget (1975)<sup>4</sup> propõe uma classificação baseada sobre a estrutura, mas que serve como instrumento de análise e de evolução do jogo, de acordo com a idade da criança. Ele distingue também três grandes estruturas:

- Jogos que não tem estruturas lúdicas particulares, 'jogos de exercício', que consistem, simplesmente, em utilizar para o prazer uma conduta qualquer, sem que a utilização lúdica da conduta a modifique em sua estrutura. O jogo de exercício cresce em importância durante os primeiros meses, passa por seu apogeu durante os dois ou três primeiros anos, depois declina progressivamente.

- Jogos que acrescentam ao exercício um elemento estrutural novo, o símbolo e a ficção, ou seja, a capacidade de representar por gestos uma série de realidades não atuais, ausentes e não aparentes no campo perceptivo do momento, jogo do

---

<sup>4</sup> PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**. Imitação, jogo e sonho, Imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

“como se”. O jogo simbólico aparece mais tardiamente, pois ele supõe a representação da imagem mental.

O gesto e o símbolo desempenham um papel de instrumento evocador, de instrumento que permite reviver para compensar, liquidar, satisfazer um interesse ou não importa que outra finalidade do ponto de vista afetivo.

- Jogos de regras, que têm uma tradição, que se transmitem de geração em geração e que são instituições sociais propriamente ditas. O jogo de regras é o produto de vida coletiva e engendra esta realidade nova que é a regra, ao mesmo tempo em que, elimina esta realidade centrada sobre o Ego, que é o simbolismo. O jogo de regras, ao contrário dos outros dois, cresce em importância com a idade.

O jogo de regras subsiste no adulto, uma vez que ele é a atividade lúdica do ser socializado. E está presente na vida do adulto, nos esportes, xadrez, jogos de cartas, entre outros.

Outro aspecto importante para o desenvolvimento da pessoa com cegueira, é a educação psicomotora, pois é ela que assegura o desenvolvimento funcional, levando em conta as possibilidades da criança, ajudando sua afetividade a se expandir e equilibrar-se, por meio do intercâmbio com o ambiente humano.

De acordo com Le Boulch (*apud*, Coelho, 1990)<sup>5</sup>, a educação psicomotora é um meio prático de ajudar a criança dispor de uma imagem do ‘corpo operatório’, a partir da qual poderá exercer sua disponibilidade. Esta conquista passa por vários estágios de equilíbrio, que correspondem aos estágios da evolução psicomotora.

É a psicomotricidade que vai integrar várias técnicas com as quais se pode trabalhar o corpo, todas as suas partes, relacionando-o com o pensamento, a

---

<sup>5</sup> COELHO, Maria Teresa. **Problemas de Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1990.

afetividade e o nível de inteligência. Além de focar a unidade da educação dos movimentos, ela põe em jogo as funções intelectuais.

Essas são as três etapas que um desenvolvimento psicomotor normal apresenta:

- Precisão: de zero aos sete anos;
- Rapidez: dos sete aos dez anos;
- Força muscular: dos dez aos quinze anos.

Essa tabela nos ajuda a entender que, em uma evolução psicomotora normal, a criança passa dos movimentos globais aos mais específicos e do movimento espontâneo ao movimento consciente. E os movimentos são subdivididos em:

- Estáticos: que são os movimentos que envolvem equilíbrio;
- Dinâmicos: que são os movimentos de grupos musculares diferentes, em ação simultânea, que resultam numa movimentação voluntária mais ou menos complexa. Elas podem ser *gerais* – quando envolvem os membros inferiores e/ou superiores (saltar, correr, pular, entre outros) e *manuais* – movimentos de ambas as mãos.

Caberão ao educador saber quais os aspectos principais do desenvolvimento psicomotor em cada faixa etária, senão, será muito difícil ele detectar as variações normais e as patológicas, que diferem conforme a idade.

E os principais aspectos a ser trabalhados com as crianças em relação à psicomotricidade são:

- Esquema corporal (formação do eu): adquirir consciência do próprio corpo e das possibilidades de expressar-se por meio dele.
- Lateralidade: perceber que os membros não reagem da mesma forma.
- Orientação espacial: localizar-se no espaço e situar as coisas umas em relação às outras.

- Orientação temporal: situar-se no tempo.
- Desenho e grafismo: expressar-se no papel.

O auxílio do professor é demasiadamente importante para que haja o desenvolvimento psicomotor, seja em crianças com ou sem deficiências, pois é através da estimulação em sala de aula e do encaminhamento que ele fizer que trará benefícios para os alunos.

O professor encaminhará as atividades de acordo com as necessidades dos alunos, na estimulação para o desenvolvimento cognitivo, desenvolvimento de aptidões e habilidades, formação de atitudes por meio de uma relação afetiva saudável e estável e, respeitando e aceitando o aluno do jeito que ele é.

Na área da educação, a psicomotricidade compreende um campo preventivo e seria ideal que todos os educadores tivessem conhecimentos básicos do assunto. Será na educação infantil que a criança desfrutará dos benefícios da psicomotricidade, uma vez que, ela necessita de movimentos amplos, transportar objetos, exercitar movimentos de pinça com o polegar e o indicador. Bem como movimentar os dedos, as articulações do braço, do pulso e das mãos, para perceber os tipos de pressão, de resistência, de temperatura e as formas dos objetos.

O objetivo inicial da educação psicomotora é o de ensinar a criança a ficar sentada, adquirir boa postura, ouvir. Depois de atingido esse objetivo, é que ela será capaz de receber ordens, concentrar-se, usar a memória, executar tarefas do começo ao fim. Assim todos os jogos e brincadeiras infantis, que parecem somente passatempo, estão na verdade preparando o terreno para a aprendizagem posterior.

Lembrando sempre que o papel do professor é sempre orientar o aluno, estimulando funções psicomotoras necessárias ao aprendizado formal. E somente

ele, poderá dosar teoria e prática de maneira gradual, combinando os estímulos adequados para cada tipo de aluno.

### 3.0 Escola especial X Escola regular

E todas essas atividades lúdicas serão oferecidas ao aluno com cegueira em qual ambiente? Numa escola para alunos com deficiências visuais ou numa escola de ensino regular, em que o aluno terá chances de convívio com outros alunos sem deficiência.

Eis uma pergunta que pais, professores e alunos se questionam. Qual o melhor ambiente para que ocorra a aprendizagem do aluno com cegueira ou visão subnormal.

Sabemos que, se o deficiente visual não está acometido de outras deficiências, ele tem condições e deve freqüentar uma escola regular, no entanto, ele precisa de acompanhamento técnico para que ele adquira hábitos e atitudes em relação ao uso de seu material específico. Como por exemplo, usar a bengala, a reglete, ler em Braille, utilizar o soroban.

Tais orientações devem ser feitas por indivíduos especializados na educação de pessoas com deficiência visual, o qual será uma preparação para sua entrada no ensino regular. Bem como deverá orientar o professor e os alunos da sala em que o deficiente visual for matriculado.

#### 3.1 A educação do aluno deficiente visual na escola especial

A educação especial é considerada como um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, subsistir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais diferentes das da maioria das crianças e jovens.

O que está diferenciando uma escola de outra regular, não é somente as pessoas a que se destinam – deficientes físicos, mentais, visuais, auditivos; mas sim a presença de sujeitos como: profissionais preparados, adaptações curriculares ou currículos especiais, materiais, aparelhos e equipamentos específicos que caracterizam a educação especial.

Para os deficientes visuais, principalmente aqueles que necessitam do uso do sistema Braille e outros recursos didáticos especiais ou que lêem material impresso em tipos ampliados e em quantidades limitadas de impressão normal em condições especiais. Ou seja, para os alunos cegos e os alunos com visão subnormal.

As escolas especiais existem para oferecer atendimento a alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e que requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, e para que sejam efetivados nessas escolas especiais, há de se assegurar que elas ofereçam currículo escolar de acordo com as diretrizes curriculares nacionais para as etapas e modalidades da Educação Básica, bem como que os alunos recebam os apoios de que necessitam.

Alguns itens são observados para que haja uma educação escolar de qualidade nas escolas especiais segundo a cartilha do MEC<sup>6</sup>:

---

<sup>6</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica.** Secretaria de Educação Especial - MEC. SEESP, 2001.

1. Matrícula e atendimento educacional especializado nas etapas e modalidades da Educação Básica previstas em lei e no seu regimento escolar;
2. Encaminhamento de alunos para a educação regular, inclusive para a educação de jovens e adultos;
3. Parcerias com escolas das redes regulares públicas ou privadas de educação profissional;
4. Conclusão e certificação de educação escolar, incluindo terminalidade específica, para alunos com deficiência mental e múltipla;
5. Professores especializados e equipe técnica de apoio;
6. Flexibilização e adaptação do currículo previsto pela LDBEN, nos Referenciais e nos Parâmetros Curriculares Nacionais;

Quando o aluno apresentar um desenvolvimento satisfatório, deve-se pedir sua transferência para escolas da rede regular de ensino.

E seguindo os mesmos parâmetros do ensino regular, a criança iniciará seus estudos na educação infantil – faixa etária de zero aos seis anos. Essa matrícula pode ser feita em creches ou em escolas de educação infantil. Com isso estará identificando o aluno com necessidades educacionais especiais e estimulando seu desenvolvimento, seja decorrente de fatores genéticos, orgânicos e/ou ambientais.

Na educação infantil o aluno com ou sem deficiência irá desenvolver habilidades e conceitos, como também preparará sua motricidade para adentrar nas séries subseqüentes. Aliás, será também na educação infantil que o professor deverá explorar ao máximo o jogo para apreensão de conceitos e regras sociais.

Em relação ao currículo ofertado pela educação especial, ele é o mesmo que para a rede regular de ensino, ou seja, as diretrizes curriculares nacionais para as

diferentes etapas e modalidades da Educação Básica: educação infantil, educação fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e educação profissional.

Haverá alguns casos, em que os educandos com severos comprometimentos mentais e/ou múltiplos que não se beneficiarão do currículo de base nacional e no qual deverá ser oferecido um currículo funcional para atender às necessidades práticas da vida.

Para eles é destinada a terminalidade específica e o que ela representa na vida desses alunos com grave deficiência mental ou múltipla. E por deficiência múltipla entendemos: são aquelas pessoas com deficiências múltiplas que apresentam duas ou mais deficiências primárias (mental, visual, auditiva e física), que acarretam atrasos no desenvolvimento global, e na capacidade adaptativa.

A dupla deficiência pode ocorrer de diferentes maneiras, a que nos interessa são:

- deficiência mental com deficiência visual      DM/DV
- deficiência visual com deficiência auditiva      DV/DA
- deficiência física com deficiência visual      DF/DV

*Deficiência Mental:* Segundo a Associação Americana de Desenvolvimento Mental, o retardo mental refere-se a limitações substanciais no desenvolvimento atual, caracterizando-se por um desempenho intelectual, consideravelmente abaixo da média, existindo concomitantemente com outras limitações em duas ou mais das seguintes áreas de comportamentos adaptativos: comunicação, cuidados pessoais, habilidades domésticas, competências sociais, desempenho na comunidade, auto-suficiência, saúde e segurança, desempenho acadêmico mínimo, lazer e trabalho. O retardo mental manifesta-se antes dos 18 anos de idade.

O retardo mental pode ser leve, moderado ou severo.

*Deficiência Auditiva:* uma pessoa surda é aquela cuja audição é tão falha (geralmente 70 decibéis ou mais, a pessoa normal apresenta zero decibéis) que não consegue entender, sem ou com a utilização de um aparelho auditivo, a fala através do ouvido. E uma pessoa com audição reduzida é aquela cuja audição é tão deficiente (entre 35 e 69 decibéis) que dificulta, mas não impede a compreensão da fala sem ou com a utilização de um aparelho auditivo, através do ouvido.

*Deficiência Física:* considera-se como deficiente físico todo aquele com alterações musculares, ósseas, articulatorias ou neurológicas, em tal grau que limitam sua capacidade de locomoção, articulação e postura e diminuem o vigor, a vitalidade e a agilidade. A paralisia cerebral é a deficiência mais comum que se associa à deficiência visual.

O atendimento educacional à pessoa com dupla ou múltipla deficiência deve ser precedido por um cuidadoso período que envolverá o diagnóstico e a orientação pela equipe multiprofissional. Por isso, a necessidade de apoios e ajudas intensos e contínuos a esses alunos, bem como adaptações curriculares significativas, que os levem a desenvolver suas habilidades.

Se esse aluno não alcançou o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, e uma vez esgotadas todas as possibilidades, as escolas devem fornecer-lhes uma certificação de conclusão de escolaridade, denominada terminalidade específica.

Então a terminalidade específica é uma certificação de conclusão de escolaridade, com fundamentação em avaliação pedagógica, com histórico escolar que descreva as habilidades e competências atingidas pelos educandos com grave deficiência múltipla.

É o caso dos alunos que devido suas necessidades educacionais não lhes possibilitarem alcançar o nível de conhecimento exigido para a conclusão do ensino fundamental, respeitando a legislação existente, e concordando com o regimento e o projeto pedagógico da escola. No entanto, para esses alunos lhes é conferida a possibilidade de encaminhamento para cursos de educação de jovens e adultos e de educação profissional, bem como sua inserção no mundo do trabalho, seja ele competitivo ou protegido.

### 3.2 A educação do aluno deficiente na escola de ensino regular

Mittler (2002)<sup>7</sup>, diz que a inclusão envolve mudanças, e que exige uma reorganização fundamental das escolas e salas de aulas regulares para atender uma maior diversidade de necessidades das crianças da comunidade.

Essas mudanças estão elaboradas em três níveis:

- Todas as crianças freqüentando a escola local, na sala de aula regular e com o devido apoio;
- Todas as escolas reestruturando seu programa de ensino, pedagogia, avaliação e sistemas de agrupamento para garantir acesso e sucesso a todas as crianças da comunidade;
- Todos os professores aceitando a responsabilidade pelo aprendizado de todas as crianças, recebendo treinamento contínuo, apoio do diretor, do corpo administrativo da escola, de seus colegas e da comunidade.

Um censo realizado no Brasil, em 2000, revelou que houve um aumento no índice na incidência de pessoas com necessidades especiais na população,

---

<sup>7</sup> MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2002.

parâmetro importante na perspectiva coletiva para que se possam prever recursos que atendam as demandas básicas destes cidadãos.

A educação inclusiva tem sido uma proposta de amplo alcance, ambicionando necessariamente uma mudança cultural a ser desencadeada em todas as áreas sociais.

Promulgada na Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional que regulamenta a operacionalização do princípio legal de que a educação é um direito de todos. Sendo assim a escola regular torna-se um recurso social que deve estar acessível a todos, ou seja, preparada também para atender às pessoas com deficiências. E a educação especial passou a ser uma modalidade de educação, oferecida preferencialmente àqueles alunos que não foi possível sua inclusão às classes comuns.

Reconhecer a pessoa com deficiência como cidadão, é o primeiro passo a ser dado para que essa inclusão realmente aconteça. Não devendo se esquecer, que conhecer este cidadão requer o trabalho de profissionais capacitados a realizar avaliações, treinamentos, orientação e abordagem familiar, entre tantas outras atividades, sem que o processo de inclusão fique prejudicado.

Toda e qualquer política de inclusão deve estar firmemente embasada na suposição inicial de que todas as crianças devem ser educadas em escolas regulares.

E para que isso aconteça é necessário que as escolas se preparem não somente no âmbito físico, como também dê preparo e orientação aos professores e demais profissionais da escola. Para se trabalhar com o deficiente visual em escolas regulares, devem-se respeitar alguns itens que farão a diferença em sala de aula.

Em primeiro lugar, a escola deverá pedir à sua mantenedora o material didático necessário para o aluno com cegueira, além de um profissional para ensinar a criança cega, seus colegas e professores a ler e escrever em Braille. Os materiais constituem em:

- A. Braille: consiste num sistema de escrita em alto relevo, criado pelo francês Louis Braille, em meados do século XIX, através do qual a pessoa com cegueira lê, usando o tato das pontas dedos.
- B. Reglete: é uma prancheta perfurada, na qual, se escreve em Braille, com o auxílio do punção – objeto usado para produzir o relevo no papel.
- C. Máquina Perkins: máquina de datilografia em sistema Braille.
- D. Imprensa Braille: para a edição de textos em grande escala, como livros, jornais e revistas. Sendo o livro produzido por chapas de metal pré-moldadas, ou por grandes impressoras eletrônicas.
- E. Bengala: bastão metálico ou de madeira, utilizado pela pessoa cega para sua locomoção, que através de um movimento de varredura, acusa obstáculos, geralmente, a um ou dois passos à sua frente.
- F. Soroban: instrumento que possibilita a operação de cálculos matemáticos, desenvolvido a partir do Ábaco, de origem oriental.
- G. Livros gravados ou falados: recurso difundido a partir da popularização dos gravadores portáteis, que viabiliza à pessoa com cegueira o acesso ao conteúdo de livros impressos em tinta e gravados em fitas cassetes, por voluntários, chamados 'ledores'.
- H. CCTV: equipamento eletrônico que possibilita à pessoa com visão subnormal, ler textos ou visualizar figuras, impressos em tinta, através da ampliação e projeção destes em sua tela.

- I. Lupas e telelupas: instrumentos de auxílio óptico usados para ampliação de imagem, para pessoas com visão reduzida. Apresentam-se na forma de lentes manuais, óculos, monóculo ou pequeno binóculo com hastes.
- J. Computador: foi criado no Brasil o programa DOSVOX; o Virtual Vision, o Jaws, o Hall e o Windows Bridge, que exercem a função de leitores de telas do Microsoft Windows.

O deficiente visual deve contar com tratamento oftalmológico e receber, na rede ou em instituições especializadas, instruções sobre mobilidade e locomoção nas ruas e no ambiente escolar. Deverá também, conhecer e aprender a utilizar ferramentas de comunicação, como sintetizadores de voz que permitem ao cego escrever e ler via computador.

Em relação à acessibilidade, o ideal é colocar cercados no chão, abaixo dos extintores de incêndio, e instalar corrimão nas escadas. Eis algumas dicas que Guimarães (2003)<sup>8</sup> nos dá, para melhorar a qualidade de ensino do deficiente visual nas escolas regulares:

- Perguntar ao aluno e à família quais são as possibilidades e necessidades dele.
- Ao guiar o cego, oferecer-lhe o braço flexionado, de forma que ele possa segurá-lo pelo cotovelo.
- Descrever sempre os detalhes do ambiente em que ele se encontra, e não mudar os móveis do lugar com frequência. Os recursos didáticos são: lupa, livro falado, materiais desportivos como bola de guizo.
- Buscar na turma colegas que queiram ajudá-lo.

---

<sup>8</sup> GUIMARÃES, Arthur. (A Inclusão que funciona). Revista Nova Escola – set/03. São Paulo: Abril, 2003.

- Substituir explicações com gestos por atividades em que o deficiente se movimente. Como por exemplo: formar uma roda com os alunos para explicar o movimento de translação da Terra.

Outra dica a ser observada, é avisar ao aluno sempre que sair do ambiente, para que ele não fique falando sozinho.

Haverá muitas modificações nas escolas para que se possa incluir a diversidade, e essas são de âmbito interno na escola, na sua organização, na oferta de apoios específicos (professores e alunos), nos intercâmbios entre escolas, classes, comunidade, na utilização dos recursos da comunidade (sejam de ordem clínica, pedagógica, materiais, físicos), alterações estruturais e adaptações arquitetônicas, preparação do pessoal técnico administrativo, treinamento de funcionários, viabilização de recursos e tudo mais que seja necessário.

A escola ainda tem a liberdade de planejar e adequar o Projeto Político conforme a sua realidade. Possuindo autonomia para dar respostas educacionais ao seu alunado, respostas essas que podem ser as mais variadas, assim como, as diferenças existentes dentro das regiões do país dos estados, municípios e bairros. Afinal, entender e respeitar que todos os alunos tenham as suas idiossincrasias, suas particularidades e peculiaridades.

Sobre as adaptações curriculares, podemos dizer que são os ajustes ou modificações que se efetuam na oferta educacional comum para dar resposta aos alunos com necessidades educacionais especiais em uma sucessiva resposta à diversidade. Prevêem-se níveis de adaptações curriculares, partindo-se sempre de um nível geral, para chegar ao específico.

Essas são os níveis citados:

1. **Adaptações curriculares de escola:** são as adaptações que se realizam em diferentes elementos do projeto pedagógico desenvolvido pela equipe da escola para responder às necessidades educacionais especiais. Temos como exemplo: retirada de barreiras arquitetônicas, recursos materiais, formação de professores, horário de trabalho interdisciplinar, organização de apoios, orientações técnicas e outras que se julgam importantes.
2. **Adaptações curriculares de aula:** refere-se a um conjunto de ajustes nos diferentes elementos da proposta curricular para possibilitar o processo de ensino-aprendizagem e interação do aluno com necessidades educacionais especiais na dinâmica geral da aula. São modificações que se realizam no contexto de sala de aula e relaciona-se com a priorização de objetivos e atividades, forma de agrupamento dos alunos, organização dos recursos materiais, utilização de variados procedimentos de avaliação e, o uso de uma metodologia variada que permita a integração e o estabelecimento do processo de ensino-aprendizagem.
3. **Adaptações curriculares individuais:** essas só deverão acontecer quando todas as alternativas foram tentadas e o aluno possua um nível curricular significativamente abaixo do esperado pela sua idade. Dessa maneira, caracterizam-se como um conjunto de modificações propostas para um determinado aluno, com o objetivo de responder às suas necessidades educacionais especiais às quais podem ser compartilhadas pelo resto dos alunos.

Herdero (1999) nos orienta a respeito das adaptações curriculares, justamente por saber que serão essas adaptações que farão a diferença em relação à aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. Sejam elas quais forem.

Tão importante quanto as adaptações, é a avaliação pedagógica, porque é preciso ver e perceber as possibilidades reais do aluno e suas condições de sua aprendizagem. E para isso, há de se ter um processo avaliativo que conduza tal delineamento das ações pedagógicas necessárias para atender determinado aluno.

Sendo assim, a avaliação psicopedagógica é caracterizada como um processo de levantamento de informações e elaboração de hipóteses descritivas e explicativas sobre as dificuldades que certos alunos apresentam em seu processo de aprendizagem.

Os objetivos da avaliação são:

- determinar a necessidade educacional do aluno;
- tomar decisões sobre adaptações significativas (se necessárias);
- determinar recursos e apoios à sua necessidade; e
- determinar tanto o seu estilo de aprendizagem quanto o estilo de ensino do

professor.

O processo de avaliação pedagógica deve indicar alternativas para a ação educacional, prevendo adaptações a serem iniciadas na escola, na sala de aula e, se necessário, adaptações individuais.

Somente levando-se em conta todas as orientações dadas e possíveis é que se estará fazendo a verdadeira inclusão. Aquela que não deixará o aluno com algum tipo de deficiência sem suporte técnico e que o ajudará a caminhar por si só.

Então, salientamos que a educação inclusiva da pessoa com deficiência tem como objetivo o de propiciar a ampliação de acesso destes alunos às classes comuns, propiciando aos professores de classe comum suporte técnico para que percebam que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes.

É levar o professor a estabelecer processos criativos de atuação com crianças com deficiências, propiciando assim, um atendimento integrado ao professor de classe comum.

Afinal, a escola existe em função do aluno e este, ao ingressar nela procurará se apropriar de conhecimentos para que possa aprender a se relacionar crítica e produtivamente na sociedade; se isto não ocorrer é sinal de que a escola não está cumprindo a sua função.

#### 4.0 O jogo e o deficiente visual, uma experiência que deu certo.

Para elucidar esse trabalho, se fez necessário uma pesquisa de campo para saber realmente, como se dava a aprendizagem do aluno com deficiência visual: cegueira ou visão subnormal.

A observação aconteceu numa escola de educação especial, em que atende alunos com diversos tipos de deficiências, daremos ênfase à sala de Reeducação Visual, em que a professora enfatizou a importância dos jogos e das brincadeiras na aprendizagem dos alunos com cegueira e com visão subnormal.

Sendo assim, percebeu-se que a finalidade dos jogos e brincadeiras com os deficientes visuais ia mais além do simples prazer de jogar, visto que, muitos dos alunos têm a deficiência visual associada com outras deficiências como: mental,

condutas típicas, paralisia cerebral. E dessa maneira, o trabalho com esses alunos torna-se mais difícil e às vezes sem retorno algum.

Daí a importância em se inventar novas maneiras de levar o aluno a aprendizagem e a apreender alguns conceitos básicos, como direita/esquerda, em cima/embaixo, dentro/fora.

A atividade desenvolvida para a realização da pesquisa foi 'descubra qual é'. É uma atividade adaptada para deficientes visuais, em que a professora anteriormente havia preparado o material: cinco garrafas plásticas – uma cheia, uma vazia, uma pela metade, outra  $\frac{3}{4}$  e outra  $\frac{1}{4}$ . Uma argola e uma bola.

A professora levou os alunos para o pátio e os dispôs sentados em um círculo, as garrafas ficaram no centro do círculo. Aos alunos com visão subnormal era proposto que pegassem a bola e jogassem na garrafa que a professora determinasse: jogue na mais cheia, jogue na que está vazia e assim por diante; com os alunos cegos, ela os levava para perto das garrafas e os alunos tinham que pegar a garrafa e descobrir qual era a que a professora pedia e colocar a argola.

Ao término da atividade, a professora questionou os alunos para saber se haviam gostado da brincadeira e em sala ela usou os conceitos, cheio, vazio e pela metade. Pegou copos e distribuiu aos alunos, depois despejou suco nos copos, e em cada um ela pôs quantidades diferentes e perguntou aos alunos como estava seu copo: se estava cheio, vazio ou pela metade. Cada um respondeu de acordo com a sua opinião.

O que se pode perceber é que nesse contexto o jogo foi muito bem utilizado e aceito pelos alunos, e que após a prática do mesmo, os alunos conseguiram discernir o que lhes era perguntando e quando em outras atividades viam o conceito, sabiam como usá-lo.

Para os professores desta escola, os jogos e as brincadeiras combinados com um objetivo específico é a melhor maneira de se ensinar determinados conceitos e explicar certos assuntos que da maneira convencional não é possível.

Desde a educação infantil a brincadeira e o jogo fazem parte do currículo, elas sabem que é a partir dessa faixa etária que os alunos irão desenvolver suas habilidades e competências e, portanto, quanto mais cedo forem trabalhados esses conceitos, mas a criança estará pronta para ser recebida nas escolas regulares.

Por isso diversos autores incentivam o uso do jogo e do brinquedo na educação infantil, justamente porque essa é a época em que o desenvolvimento da criança está em pleno vapor e tudo o que ela aprender nessa fase, ela levará para sua vida adulta. E os jogos funcionam como um estímulo à mais para que essa aprendizagem ocorra.

Segundo Piaget (1975), o jogo é sob as duas formas essenciais de exercício sensório-motor e de simbolismo, uma assimilação do real à atividade própria, fornecendo a esta seu alimento necessário e transformando o real em função das necessidades múltiplas do eu. Sendo assim, os métodos ativos de educação das crianças exigem que se forneça à criança um material conveniente, a fim de que, jogando, ela chegue a assimilar as realidades intelectuais que, sem isso, permanecem exteriores à inteligência infantil.

Esse ato de inteligência é definido pelo equilíbrio entre dois mecanismos: a assimilação e a acomodação. Ou seja, com o desenvolvimento mental, a acomodação imitativa e a assimilação lúdica, após serem diferenciadas, se coordenam sempre estreitamente.

Na assimilação, o indivíduo incorpora eventos, objetos ou situações dentro de formas de pensamento que constituem as estruturas mentais organizadas. E na

acomodação, as estruturas mentais existentes reorganizam-se para incorporar novos aspectos do ambiente externo. Durante o ato de inteligência, o indivíduo adapta-se às exigências do ambiente externo.

E Piaget conclui que, jogando a criança chegará à adaptação completa que consiste numa síntese progressiva da assimilação com a acomodação, o que de outro modo seria difícil de acontecer.

E na criança com deficiência visual, o jogo tende a ser o mais realista possível para que essa criança que tem a percepção nas pontas dos dedos possa sentir o que está aprendendo.

A atividade do jogo orientado para o conhecimento envolve a formação de conceitos – comportamento abstrato – e é uma das metas da educação infantil. Aqui o brinquedo vai abranger comportamento diferencial (respostas diferenciais a aspectos selecionados de classes de estímulos), eventos ambientais, generalização e discriminação.

E é por isso que nesta escola de educação especial, a preocupação dos professores é justamente, em reavivar as brincadeiras infantis e enfatizar o uso dos jogos na aprendizagem dos alunos. Desde a educação infantil até as séries finais, os professores enfatizam o uso dos jogos como ferramenta para a aprendizagem.

E desde então, quando estão elaborando o planejamento anual ou semestral, o jogo vem fazendo parte dos conteúdos e novas metodologias são pesquisadas para que se possa dar continuidade a esse trabalho.

Que tanto professores quanto o corpo administrativo sabem que é por meio dos jogos que muitos alunos conseguem superar suas dificuldades e limites e gostam de sentirem úteis e felizes.

Percebeu-se que os alunos que participam de jogos e brincadeiras têm bom humor, conseguem reter na memória certos fatos acontecidos em brincadeiras anteriores e depois aplicá-los em outras situações.

E o papel do professor será o de educar o aluno com deficiência como pessoa humana, como pessoa que vai trabalhar num mundo tecnológico povoado de corações, de dores, incertezas e inquietações humanas. Portanto, a escola não deve se limitar a educar pelo conhecimento destituído da compreensão do homem real, de carne e osso.

O papel do professor é educar pela vida com a perspectiva de favorecer a felicidade e a paz entre os homens. É preparar o aluno para o exercício da cidadania, pois a cidadania começa na escola, desde os primeiros anos da educação infantil e se estende à educação superior.

E é esse cidadão que queremos aquele cidadão que aprendeu a conviver com sua deficiência, e sabe conviver com outras pessoas e essas o respeitam pelo que ele é, e não somente pela piedade ou compaixão que sua deficiência evoca.

A partir do momento, em que essa pessoa com cegueira enfrenta o mundo à sua maneira, ele estará demonstrando que toda a sua aprendizagem por meio dos jogos não foi em vão.

## CONCLUSÃO

Sabe-se que o conhecimento não se faz apenas com metalinguagem, com conceitos que variam de A a E, o que realmente importa são as didáticas, a pedagogia do desenvolvimento do ser humano. Isto significa que o zelo pela aprendizagem passa pela recuperação daqueles que têm dificuldades de assimilar informações, seja ela por limitações pessoais ou sociais.

E a maneira como o professor vai atingir um fim com esse aluno com deficiência é de suma importância, visto que, será a partir do que ele apreender em sua vida infantil, é que ele trará para sua vida adulta. Todos os conceitos e conhecimentos básicos sobre todo e qualquer assunto, ele adquirirá na fase mais produtiva de sua vida: a infância.

Se a criança não tem boas lembranças de sua infância, ela poderá carregar essa influência depois de crescido. A infância tem que ser marcada por acontecimentos bons e saudáveis, sendo assim, o jogo e a brincadeira são partes obrigatórias para uma infância feliz e construtiva.

Quanto mais tempo uma criança passa brincando (orientada ou não), mais chances de desenvolver habilidades ela terá. E não importa se essa criança tem a deficiência visual para comprometê-la. Ela pode não perceber o mundo com os olhos, se orientando pela visão, mas ela se orienta pelos outros sentidos que lhe são aguçados.

A criança com cegueira vê o mundo na ponta dos dedos, e sendo assim, seu prazer de brincar com objetos estimulantes é o mesmo que para uma criança que enxerga.

Quanto mais experiências mais estímulos, quanto mais estímulos mais informações e assim por diante. Muitos pais acham que só porque seu filho não vê, não tem outras reações também. É errôneo achar que a criança não vai se divertir com brinquedos e brincadeiras feitas para crianças sem deficiências.

Criança é criança de qualquer maneira, com ou sem deficiência. E sua necessidade de brincar, de jogar se manifesta igualmente, quando chega a hora esse dom natural desabrocha e sem que se perceba, está ela procurando por objetos barulhentos e que a levem a rir e a se divertir.

Ao brincar fora de seu quarto a criança cega terá amplas oportunidades de presenciar fatos que não teria se trancando em seu quarto. Os pais devem incentivar as saídas do filho, levá-lo para conhecer ambientes diferentes e que o farão se sentir livre e feliz. Tocar árvores, plantas, pequenos animais (como gatos, coelhos, cachorros) e outros como cavalos, vacas, farão com que a criança adquira noção do mundo que a cerca.

Somente assim, ela terá experiências válidas em sua vida. Estará preparada para adentrar no mundo escolar, onde somará a essas experiências outras que colegas e professores a guiarão.

Se a criança freqüentará a escola especial ou o ensino regular, é uma questão de tempo e de mobilidade, evidentemente que a criança cega terá que aprender a se locomover, a se adaptar num mundo em que somente os que enxergam conseguem viver. Ela precisará dessa adaptação, desse ensinamento e se só na escola especial ela terá essa aprendizagem, que assim seja que essa escola a prepare da melhor maneira possível para que ela possa mais tarde ser matriculada numa escola de ensino regular e que seja tão independente que não precise da piedade de ninguém para ajudá-la.

A vantagem em se estudar com alunos sem deficiências é a oportunidade que ela terá em se expressar ao seu modo, mas que a fará se sentir como todos os que ali estão. Bem ou mal um ou outro aluno apresenta uma dificuldade em alguma área da aprendizagem, e que esse aluno poderá ajudar.

A convivência entre iguais e diferentes, é o que fará a engrenagem funcionar. Um auxiliará o outro e juntos chegarão a um denominador comum: a aprendizagem. E se o jogo estiver presente nesse processo, tanto mais os alunos se motivarão.

O jogo estimula a criatividade, desenvolve a memória, a criança apreende conceitos e faz resoluções de problemas que antes pareciam ser impossíveis de se resolver. O que era um bicho de sete cabeças torna-se gostoso de aprender.

Froebel (*apud* Aguiar, 2001) foi o primeiro pedagogo a incluir o jogo no sistema educativo, pois acreditava que a personalidade da criança pode ser aperfeiçoada e enriquecida pelo brincar, e que a principal função do educador, nesse caso, é fornecer situações e materiais para o jogo.

É o professor que levará seu aluno a jogar, é ele que desenvolverá atividades lúdicas que estimularão ou não outras habilidades dos alunos. Se o professor oferecer um jogo pelo jogo, essa atividade não acrescentará nada na vida do aluno.

Mas se o professor oferecer a mesma atividade visando um objetivo específico, utilizando o jogo como ferramenta a favor da aprendizagem, aí sim, ele estará agindo como um verdadeiro profissional. Pois estará utilizando o jogo como meio para se chegar a um fim, e não o utilizando como simples passatempo.

Na observação realizada na escola especial, pôde-se constatar que muitos profissionais de outras áreas desaprovavam o uso do jogo na aprendizagem, justamente por achar que era só brincadeira, uma maneira a mais para o professor matar o tempo dos alunos, que não havia finalidade naquela atividade lúdica.

E não raro vemos que há também profissionais da área educacional que pensem da mesma maneira. Que não valorizam a atividade lúdica, porque acham que ao oferecer um jogo ou uma brincadeira ao aluno, estará afirmando a sua falta de criatividade. Ou seja, vêem o jogo apenas como uma maneira de passar o tempo, não vê que o jogo é instrumento para a aprendizagem.

Não aproveitam o melhor da atividade, que é pesquisá-la e readaptá-la quando necessário para que possa servir para ensinar o que é a direita e a esquerda, por exemplo.

Novamente, voltando à observação na escola especial, a professora em questão disse-nos que a atividade aplicada aos alunos era diferente daquela que se viu, porque quando os alunos enxergam a movimentação do jogo é outra. E naquela situação, havia alunos com visão subnormal e alunos cegos, o que restava fazer? Adaptar a atividade para que todos pudessem participar.

E como presenciado, a atividade fora um sucesso, todos os alunos participaram e compreenderam o conceito que estava sendo transmitido via jogo. É aí que reside a importância da atividade lúdica na vida do aluno, são nesses momentos de prazer e satisfação que os alunos aprendem, afinal estão fazendo o que gostam: que é brincar.

Se um professor não consegue ver a importância da atividade lúdica na vida de seu aluno, então ele deveria repensar o que está fazendo. Qual o sentido de ser professor se as melhores oportunidades de aprendizagem ele descarta?

Talvez seja pelo simples fato de achar que brincadeira é coisa de criança, e que ele já passou do tempo de brincar. Mas não percebe que seus alunos estão perdendo o melhor da vida, assim como ele perdeu.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**AGUIAR, José Serapião. Jogos para o ensino de conceitos. Leitura e escrita na pré-escola. São Paulo: Papyrus, 2001.**

**BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica. Secretaria de Educação Especial - MEC. SEESP, 2001.**

**COELHO, Maria Teresa. Problemas de Aprendizagem. São Paulo: Ática, 1990.**

**GUIMARÃES, Arthur. (A Inclusão que funciona). Revista Nova Escola – set/03. São Paulo: Abril, 2003.**

**KIRK, Samuel A. e GALLAGHER, James J. Educação da Criança Excepcional. São Paulo: Martins Fontes, 1987.**

**MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2002.**

**PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança. Imitação, jogo e sonho, Imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.**

**SINASON, Valerie. Compreendendo seu filho deficiente. Rio de Janeiro: Imago, 1993.**